
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROCURADOR-GERAL ELEITORAL

RUBENS ALBERTO GATTI NUNES, brasileiro, advogado, vereador no Município de São Paulo e pré-candidato a Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, com Cadastro de Pessoas Físicas sob número 369.073.308-14 e domicílio no Palácio Anchieta, Viaduto Jacareí, 100, cidade de São Paulo-SP, CEP número 01319-900; e

KIM PATROCA KATAGUIRI, brasileiro, deputado federal e pré-candidato à reeleição, com Cadastro de Pessoas Físicas sob número 393.134.958-64 e domiciliado na Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP número 70160-900; vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado e bastante procurador, apresentar

REPRESENTAÇÃO ELEITORAL

em face de **LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA**, brasileiro, pré-candidato ao cargo de Presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores, com Cadastro de Pessoas Físicas sob número 070.680.938-68, domiciliado na Avenida Francisco Prestes Maia, 1501, bloco 01, apartamento 122, bairro Santa Terezinha, cidade de São Bernardo do Campo-SP, CEP número 09770-000;

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT, pessoa jurídica de direito privado com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob número 60.563.731/0001-77, com sede na Rua Caetano Pinto, 575, Brás, São Paulo-SP, CEP número 03041-000, neste ato representado por seu presidente **VAGNER FREITAS DE MORAES**, brasileiro, com Cadastro de Pessoas Físicas sob número 115.763.858-92; e

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., empresa com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob número 13.347.016/0001-17 e com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhaes Junior, 700, bairro Itaim Bibi, cidade de São Paulo-SP, CEP número CEP 04542-000; com fulcro nos artigos 36 e 57-A, da Lei das Eleições (lei número 9.504/97) e pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

Os Representados veicularam – e ainda veiculam – propaganda eleitoral antecipada e irregular, uma vez que realizada antes do período permitido e por entidade sindical (pessoa jurídica).

A competência da Procuradoria-Geral Eleitoral e, por corolário, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para processar e julgar a presente representação é inequívoca, uma vez que é fato público e notório¹ que o beneficiário da propaganda eleitoral antecipada e irregular, Sr. Luis Inácio Lula da Silva (Lula), é pré-candidato ao cargo de Presidente da República, tal como se denota, inclusive, das recentes pesquisas eleitorais registradas naquele Colendo Tribunal².

A legitimidade passiva da Central Única dos Trabalhadores (entidade sindical e, portanto, pessoa jurídica) é patente, uma vez que os disparos em massa e as consequentes publicações irregulares foram realizadas através de grupos de Whatsapp criados e alimentados pela CUT.

O pré-candidato Lula também é parte legítima para figurar no polo passivo da presente Representação, uma vez que beneficiário direto da propaganda eleitoral antecipada e irregular.

Da mesma forma, a empresa Facebook deve constar no polo passivo da presente ação, já que detém as informações sobre a autoria das publicações *sub judice* e detém poderes para cumprir a pretendida determinação de suspensão dos disparos massificados no aplicativo sob sua gestão.

Por fim, os Representantes, enquanto pré-candidatos ao cargo de Deputado Federal pelo Estado de São Paulo e, sobretudo, na condição de cidadãos fiscalizadores das regras eleitorais, têm legitimidade ativa para ingressar com a presente Representação perante essa Douta Procuradoria.

Assim, patentes o cabimento da presente Representação, a competência desta D. Procuradoria para processar o pedido e a legitimidade ativa e passiva das partes.

¹ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/kennedy-alencar/2022/05/03/lancamento-candidatura-lula.htm>.

² Disponível em <https://www.tse.jus.br/eleicoes/pesquisa-eleitorais/consulta-as-pesquisas-registradas>.

Em vídeo, o dirigente sindical, Sr. Roni Barbosa, propagandeia as denominadas “brigadas digitais” da CUT, orientando e conclamando os “companheiros vermelhinhos” a ingressarem nos grupos para “convencer toda a turma aí que esse ano é Lula”, em clara e patente propaganda antecipada em favor do pré-candidato Lula.

A reportagem³ verificou que os materiais enviados nesses grupos de Whatsapp são encaminhados materiais que favorecem o pré-candidato Lula e fazem pedido explícito de votos ao Representado.

O pedido explícito de voto se demonstra inegável, sendo que dos conteúdos irregulares se depreende até mesmo o uso do que a jurisprudência do C. TSE denominou “palavras mágicas”⁴.

Importante dizer que a irregularidade não se limita à extemporaneidade da propaganda eleitoral, mas avança sobre o aspecto da ilegalidade de realização de propaganda eleitoral por pessoa jurídica.

A Central Única dos Trabalhadores é entidade sindical constitui pessoa jurídica de direito privado, sendo incontroverso tratar-se de pessoa jurídica que vem divulgando publicações contendo propaganda eleitoral extemporânea.

Não bastasse a extemporaneidade e a divulgação por pessoa jurídica, o disparo em massa de conteúdo eleitoral é vedado pela legislação e pelas resoluções do TSE, que somente permite o encaminhamento de conteúdos por pessoas naturais.

Portanto, são variadas as ilegalidades perpetradas pelos Representados, devendo ser punidos na forma da lei, o que desde já se requer.

Os artigos 36, 36-A e 57-A, da Lei das Eleições, vedam peremptoriamente qualquer propaganda eleitoral em que haja pedido explícito de votos – tal como se denota da publicação em análise – antes do dia 16 de agosto do ano da eleição, mesmo que na internet (com grifos nossos):

³ Disponível em <https://twitter.com/metropoles/status/1536996935936184324?s=21&t=LwPw1-hGd0A5Tgwaa5hZQ>.

⁴ Mais em <https://abradep.org/midias/a-evolucao-jurisprudencial-do-tse-na-caracterizacao-da-propaganda-antecipada/>.

*Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida **após** o dia 15 de agosto do ano da eleição.*

*Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, **desde que não envolvam pedido explícito de voto**, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet:*

*Art. 57-A. É permitida a propaganda eleitoral na internet, nos termos desta Lei, **após** o dia 15 de agosto do ano da eleição.*

Em caso de afronta aos dispositivos legais supra aludidos, os responsáveis pelas publicações e o beneficiário das mensagens deverão ser penalizados na forma do § 3º, do artigo 36, e do § 5º, do artigo 57-B:

Art. 36, § 3º: A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado o seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ou ao equivalente ao custo da propaganda, se este for maior.

Art. 57-B, § 5º: A violação do disposto neste artigo sujeita o usuário responsável pelo conteúdo e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa.

O C. Tribunal Superior Eleitoral, no mesmo sentido, já firmou entendimento quanto ao tema, conforme se denota da dicção do artigo 3º-A, da Resolução TSE nº 23.610/2021:

Art. 3º-A. Considera-se propaganda antecipada passível de multa aquela divulgada extemporaneamente cuja mensagem contenha pedido explícito de voto, ou que veicule conteúdo eleitoral em local vedado ou por meio, forma ou instrumento proscrito no período de campanha.

A melhor doutrina em matéria eleitoral destaca que a proibição à propaganda antecipada se coloca como obstáculo ao desequilíbrio do pleito, em homenagem ao princípio da paridade de armas na corrida eleitoral.

Acerca da propaganda eleitoral antecipada, o professor José Jairo Gomes (em Direito Eleitoral, Ed. Atlas, 2020, pág. 547) leciona que “*a publicidade em apreço caracteriza-se pela atração ou captação antecipada de votos, o que pode ferir a igualdade de oportunidade ou a paridade de armas entre os candidatos, o que desequilibra as campanhas*”.

No mesmo trilhar é o entendimento da jurisprudência pátria, conforme se verifica das ementas ora colacionadas (com grifos nossos):

[...] Propaganda eleitoral extemporânea. Divulgação de matéria em jornal. Finalidade eleitoral [...] 1. A ratio essendi subjacente à vedação do art. 36, caput, da Lei das Eleições, que preconiza que a propaganda eleitoral somente será admitida após 5 de julho do ano das eleições, é evitar, ou, ao menos, amainar a captação antecipada de votos, o que poderia desequilibrar a disputa eleitoral, vulnerar o postulado da igualdade de chances entre os candidatos e, no limite, comprometer a própria higidez do prélio eleitoral. [...] (Ac. de 16.4.2015 no AgR-AI nº 26055, rel. Min. Luiz Fux.)

*[...] Propaganda Eleitoral Antecipada. Configuração [...] 2. A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que **configura propaganda eleitoral antecipada qualquer manifestação que, previamente aos três meses anteriores ao pleito e fora das exceções previstas no artigo 36-A da Lei nº 9.504/97, leve ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a candidatura ao futuro pleito ou as razões que levem a inferir que o beneficiário seja o mais apto para a função pública. Precedentes. [...] (Ac. de 1º.10.2013 no AgR-AI nº 3572, rel. Min. Dias Toffoli.)***

Assim, certo é que a Justiça Eleitoral deve ordenar o cumprimento da legislação eleitoral, determinando a imediata suspensão dos disparos de conteúdo irregular e condenando os responsáveis e beneficiários na forma da lei.

Outrossim, conforme já salientado, a ilegalidade não se limita apenas à extemporaneidade da propaganda eleitoral, mas avança também sobre a vedação de ser veiculada propaganda eleitoral na internet por pessoas jurídicas.

O artigo 57-C, § 1º, da Lei das Eleições, não deixa dúvidas (com grifos nossos):

Art. 57-C, § 1º: É vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet, em sítios:

I - de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos; (...)

A divulgação de propaganda eleitoral é vedada, atraindo para a pessoa jurídica e para o beneficiário, em caso de descumprimento do mandamento legal, a penalização prevista no § 2º, do supracitado dispositivo legal:

Art. 57-C, § 2º: A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda ou pelo impulsionamento de conteúdos e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa.

O Colendo TSE já se posicionou sobre o tema da seguinte forma:

[...] Propaganda eleitoral na internet. Perfil de pessoa jurídica no facebook. Arts. 57-B e 57-C da Lei nº 9.504/1997. [...] 2. A realização de propaganda eleitoral em perfil de pessoa jurídica na rede social Facebook viola os arts. 57-B e 57-C da Lei nº 9.504/97 e atrai a imposição de multa [...]. (Ac. de 23.4.2020 na Rec-Rp nº 060147858, rel. Min. Og Fernandes, red. designado Min. Edson Fachin.)

Portanto, é certo que também por este ângulo há irregularidade, devendo ser aplicada a sanção legal cabível à espécie, o que desde já se requer.

Por derradeiro, o artigo 57-B, inciso IV, alínea ‘b’, da Lei das Eleições é categórico ao permitir o disparo de conteúdo apenas por “pessoas naturais”:

Art. 57-B. A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

IV - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por:

*b) qualquer **pessoa natural**, desde que não contrate impulsionamento de conteúdos.*

E a Resolução nº 23.610, do TSE, em seu artigo 28, inciso IV, alínea ‘b’, não deixa dúvidas:

Art. 28. A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

*IV - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, dentre as quais **aplicativos de mensagens instantâneas**, cujo conteúdo seja gerado ou editado por:*

*b) qualquer pessoa natural, **vedada a contratação de impulsionamento e de disparo em massa de conteúdo nos termos do art. 34 desta resolução.***

Assim, por mais este ângulo verificam-se diversas ilegalidades perpetradas pelos Representados, motivo pelo qual a presente Representação tem cabimento e merece processamento, devendo ser os responsáveis e beneficiários punidos na forma da lei.

Por tudo quanto exposto, requer a imediata e urgente suspensão dos disparos em massa patrocinados por pessoa jurídica em favor do pré-candidato Lula.

Requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sobretudo pela juntada de documentos e pela colheita de prova oral, através do depoimento pessoal das partes e da oitiva de testemunhas.

Por derradeiro, requer que todas as intimações, notificações, comunicações e/ou publicações em Diário Oficial sejam realizadas em nome do patrono do Representante, Paulo Henrique Franco Bueno, advogado inscrito nos quadros da OAB/SP sob nº 312.410.

São Paulo, 15 de junho de 2022.

PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO
OAB/SP 312.410